

Histórias de um exemplo: o hospital Sarah

Diretor de um dos mais prestigiados hospitais do País critica modelo de privatização da saúde

LEONENCIO NOSSA

BRASÍLIA – A Rede Sarah de Hospitais inaugurou dias atrás uma nova unidade em Jacarepaguá, no Rio. O Centro de Reabilitação Infantil Evandro Carlos de Andrade poderá fazer até 700 atendimentos diários. Com investimento de R\$ 7,5 milhões, o espaço vai contar com 155 profissionais preparados para atender crianças e adolescentes com lesões na medula, danos causados no parto, paralisia cerebral, má formação da coluna e atraso no desenvolvimento mental e motor.

Esta é a sexta unidade de uma rede de hospitais que surgiu em Brasília, nos anos 60, em decorrência do elevado índice de acidentes nas obras de construção da capital federal. De lá para cá ganhou respeitabilidade e prestígio por oferecer atendimento gratuito e de qualidade à população. No ano passado, a Rede Sarah fez 13 milhões de procedimentos nas unidades de Brasília, São Luís, Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte. Um novo hospital está sendo construído próximo ao centro de reabilitação de Jacarepaguá.

Mantida integralmente com recursos da União, a Rede Sarah difere do resto do sistema público. Os 157 médicos da instituição são contratados com dedicação exclusiva. E na disputa por atendimento em sua rede encontram-se políticos, empresários e artistas. O tapete branco da portaria do hospital de Brasília é trocado a cada hora. Por ali passam diariamente até mil pessoas.

Autonomia – À frente da instituição desde os anos 60, o médico carioca Aloysio Campos da Paz Júnior, 66 anos, é um crítico do modelo de privatização da medicina. Nos últimos 40 anos, ele usou suas amizades e influência para fortalecer a estrutura da Rede Sarah e implantar um modelo de administração, aprovado pelo Congresso em 1991, que garantiu autonomia na gestão dos recursos. Trata-se de uma instituição pública não-estatal fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União. Em 2001, a rede recebeu R\$ 268 milhões do governo.

Como os médicos que não têm receios de revelar diagnósticos aos pacientes em estado crítico, o diretor da Rede Sarah está escrevendo um livro que enfoca, entre outros assuntos, o atendimento médico na era da globalização. Campos da Paz avalia que a privatização da saúde é um desastre, tanto nos países ricos quanto naqueles em desenvolvimento, como o Brasil. “A comercialização da cura está transformando médicos em agentes comerciais e centros cirúrgicos, em fábricas lucrativas”, critica.

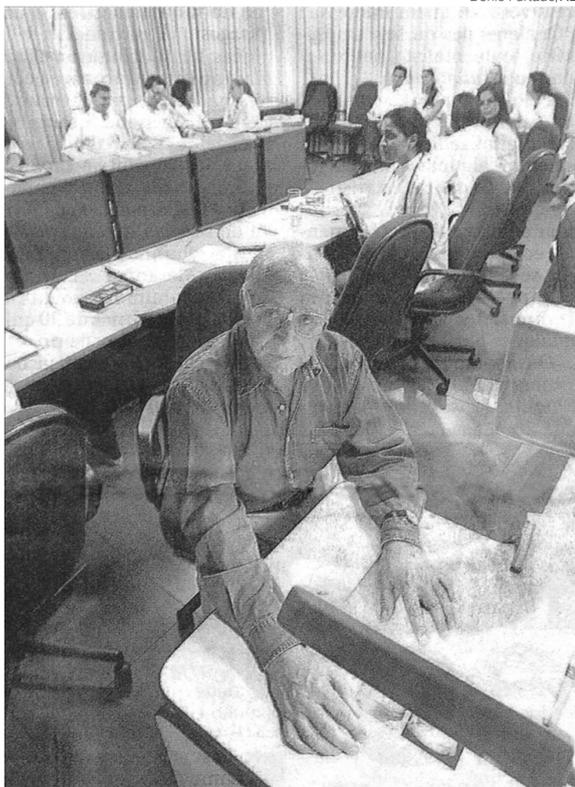
Formado pela Universidade Federal do Rio e pós-graduado em Oxford, na Inglaterra, Campos da Paz acusa analistas de estarem iludindo a população ao afirmar que o sistema público é inviável. “Eles falam em custos, quando na realidade lidam com preço, que é o custo mais o lucro”, ressalta. “Se eliminarmos a parcela de lucro, vamos ver que a saúde pode ser perfeitamente assumida pelo Estado.”

Interesses – Com um exemplar da Constituição na mão, o médico diz, constrangido, ter proposto aos deputados constituintes, em 1987, uma frase que ficou no papel: “a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado”. Na sua análise, o texto final da Carta acabou facilitando o avanço dos interesses privados no setor.

Defensor do atendimento gratuito, o diretor da Rede Sarah



Ginásio de reabilitação do Sarah Kubitschek, em Brasília: atendimento é disputado por políticos, artistas e empresários



Campos da Paz Jr. está à frente da instituição desde os anos 60

não é contrário à abertura do setor à iniciativa privada. Mas critica o fato de o Estado bancar, por meio de atendimentos cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), os custos dos investimentos da rede particular.

Dos R\$ 12 bilhões repassados anualmente pelo Estado ao atendimento de média e alta complexidade, 30% ficam na rede privada, 30% para as instituições filantrópicas e outros 40% para a rede pública. Isso mostra “um Brasil e um sistema de saúde fraturados”, argumenta Campos da Paz.

**MÉDICO
CONSIDERA
O SISTEMA
PÚBLICO
VIÁVEL, SEM
A PARCELA
DO LUCRO**

Avanços – Ele ressalta como avanços da área as ações do amigo e ministro da Saúde, José Serra, contra a indústria de medicamentos e do fumo. “Claro que a indústria não achou graça na quebra das patentes dos remédios.”

Campos da Paz admite que enfrenta pressão de empresas de saúde para firmar parcerias. Para ele, rico e pobre não devem pagar por esses serviços. Também não poupa críticas aos planos de saúde.

“Ao sofrer uma fatalidade, você descobre que o seguro de letras miúdas não garante aquele tratamento, ou que o contrato já venceu”, diz. “A classe média paga imposto, mas se vê constrangida a procurar hospitais públicos sem um mínimo de qualidade.”

Separar pacientes ricos e pobres quebra confiança

Sem o hábito de usar branco, músico nas horas de folga, o médico Aloysio Campos da Paz Júnior controla com atenção os hospitais da rede. Suas críticas chegam a assustar alguns. O jeito organizado fica visível na mesa do escritório. As paredes do ambiente são decoradas com quadros de personalidades do jazz e fotos do hospital.

Entre os livros, o atlas de traumatologia que carregava aos 25 anos na poeira do cerrado. Campos da Paz chegou a Brasília nos primeiros anos da nova capital. A cidade era um canteiro de obras e de acidentes do trabalho. Os fraturados formavam uma legião. Foi nesse clima que iniciou a transformação de um centro de reabilitação física administrado por freiras na atual rede de hospitais.

A experiência de Campos da Paz já virou até assunto de discussão na internet.

“A Rede Sarah é um exemplo interessante porque não entusiasma nem o liberalismo da direita, pois recupera a credibilidade da instituição pública, nem o coletivismo da esquerda, pela sua política de pessoal criticada por alguns”, escreveu um especialista.

Decadência – Neto do médico Manuel Vênancio Campos da Paz – personagem do livro Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos –, o diretor da Rede Sarah diz que foi a decadência dos grandes hospitais que deu espaço no Brasil

para a iniciativa privada. Os empresários foram favorecidos pelo crescimento da população e a diminuição da competência da rede hospitalar pública.

Essa decadência teria várias explicações. Campos da Paz lembra que no tempo do seu avô predominava a relação entre médico e paciente. Os grandes hospitais surgiram com o crescimento da população.

Nos anos 50, especialmente no Rio, pessoas de todos os níveis sociais procuravam hospitais públicos. “Essa rede eficiente formou minha geração. O sonho de qualquer médico era entrar para esses hospitais.”

Diferenciação – As escolas de medicina, no entanto, não mudaram para atender às novas exigências. Continuaram a formar profissionais dentro do conceito da antiga relação médico-paciente, voltada para atendimentos específicos, em vez de abordar a relação entre a instituição e o indivíduo. A formação deveria levar em conta o indivíduo que vai viver numa instituição e tratar da coletividade, afirma.

Na concepção do diretor, essa deficiência contribuiu para a destruição dos grandes hospitais públicos.

Surgiu ainda a diferenciação entre ricos e pobres, que ficaria nítida com criação de “andares” para autoridades e executivos. A “fratura” foi aberta quando a corporação médica achou que um “paciente sujo” não poderia

ficar ao lado de um senador ou executivo. “No andar de baixo ficaram médicos inexperientes;

**EXPERIÊNCIA
É DISCUTIDA
ENTRE
INTERNAUTAS**

um espaço de treinamento para formar profissionais”, diz. “O pacto de confiança com o doente foi ameaçado”.

Mas ele chama a atenção para o trabalho de alguns hospitais do País que tentam resgatar a credibilidade da instituição pública. (L.N.)

Qualidade está vinculada à dedicação médica

Há poucos meses, um médico paulista candidato a um emprego de dedicação exclusiva na Rede Sarah disse aos avaliadores que trabalhava em três lugares diferentes, em três turnos: de 8 às 12 horas, de 12 às 15 horas e de 15 às 19 horas. Aloysio Campos da Paz Júnior, diretor da instituição, perguntou ao candidato como contornava o problema do trânsito para cumprir os horários. O candidato respondeu que saía do primeiro emprego uma hora antes e chegava uma hora atrasado ao segundo local de trabalho.

“Obrigaram um indivíduo a ter três empregos para sobreviver e colocá-lo na fronteira da corrupção”, diz o diretor da Rede Sarah. Na avaliação dele, a dedicação exclusiva dos médicos é fundamental para um atendimento de qualidade. Critica o fato

de gerações de médicos estarem sendo formadas dentro de uma cultura que vê como normal o fato de profissionais trabalharem na rede pública e também em clínicas privadas. A Constituição de 1988 permitiu que o médico tivesse dois empregos.

Incesto – “Um jornal não pode aceitar que seu jornalista abra uma agência de propaganda e trabalhe para o jornal concorrente”, diz. “No esquema atual, um médico pode transferir um doente do hospital público para a clínica privada.” De um lado hospitais públicos em greve e do outro, clínicas particulares funcionando com os mesmos profissionais. “É uma relação incestuosa”, avalia.

Mal pagos, os médicos saem da escola acreditando que não é necessário conversar com o paciente. “Ninguém tem coragem de dizer isso nas salas de aula, mas a prática é mais forte que a aula.”

Petrônio Portela e Darcy Ribeiro foram pacientes

Nas dependências do Hospital Sarah, em Brasília, no fim dos anos 70, o então senador Petrônio Portela discutiu o texto do projeto da Lei de Anistia; era o início da redemocratização no País. Em 1984, o documento de adesão à Aliança Liberal foi assinado num quarto do hospital por Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Marco Maciel e o então vice-presidente Aureliano Chaves, que estava internado à época na instituição.

Estas são algumas das histórias da longa relação do médico Aloysio Campos da Paz com figuras proeminentes da vida política nacional. Uma relação que perdura até hoje. Campos da Paz é responsável pela equipe que auxiliou o presidente Fernando Henrique Cardoso no tratamento da hérnia de disco.

O antropólogo e senador Darcy Ribeiro passou os últimos dias de vida no hospital. Em 1995, o atual ministro da Educação, Paulo Renato Souza, levou para Ribeiro revisar o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O paciente, segundo Campos da Paz, se mostrou bem-humorado mesmo ao saber que havia surgido a 27ª metástase do câncer que carregava. “Esse número bate com o número de mulheres que amei”, disse o antropólogo, que fez questão de fazer uma festa no hospital com mulheres que admirava. Nenhuma das convidadas faltou.

Equívoco – Não por acaso, o livro *Historias Assombrosas de Pacientes Famosos*, de Richard Gordon, repousa sobre a mesa do diretor da Rede de Hospitais Sarah. Aloysio Campos da Paz Júnior garante que, em seu consultório, gente do poder, sejam políticos ou empresários, não costumam interferir. Membro de uma família de médicos e políticos, ele diz que o poder é extemporâneo. Lembra a morte de Tancredo Neves, pouco depois de ser eleito presidente pelo Congresso em 1985. “O episódio mostrou um equívoco em relação ao poder decisório de um médico”, diz.

A época, políticos, militares e assessores tiveram acesso livre ao quarto onde Tancredo foi internado, no Hospital de Base de Brasília, na véspera de tomar posse do cargo que nunca chegaria a ocupar. O presidente acabou morrendo semanas depois em decorrência de infecção generalizada. “O Brasil inteiro assistiu a isso perplexo”, ressalta Campos da Paz.

Na época do regime autoritário, dois militares entraram no hospital Sarah e perguntaram a Campos da Paz onde estava a jornalista Ivone Jean. O médico apontou o local. Ao ver Ivone fazendo reabilitação num tanque Hubart, com água morna e ar comprimido fazendo bolhas, os militares pensaram que a água estava fervendo e a situação da paciente era dramática. “Vamos embora, ela já está no inferno”, disse um deles. “Ivone conseguiu escapar”, recorda o médico, rindo.